



Ordem de Execução de Serviços nº 56/2021/COCAQ/GELOG/DIRAD

1. DAS PARTES

- CONTRATANTE:** Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp-EXE
CNPJ: 17.312.597/0001-02
Endereço: Edifício Corporate Financial Center – SCN – Quadra 02 – Bloco A – 2º andar, salas 201 a 204 –
CEP: 70.712-900
Fone: (061) 2020-9303
- CONTRATADA:** ONE CURSOS - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA
CNPJ: 06.012.731/0001-33
Endereço: SCS Quadra 02 Bloco "B", Lote 20, Edifício Palácio do Comércio, Salas 208/408 - Brasília/DF
CEP: 70.318-900
Fone: (61) 3224-0785

2. DO OBJETO

2.1. A presente Ordem de Execução de Serviços tem por objeto a contratação da empresa One Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.012.731/0001-33, para participação de 01 (um) profissional do quadro de pessoal da Funpresp-Exe no curso "Teletrabalho no Setor Público com Foco em Resultados", a ser realizado no período de 18 a 21 de outubro de 2021.

3. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1. Pela execução dos serviços, objeto deste instrumento, a FUNPRESP-EXE pagará à CONTRATADA o valor global de **R\$ 1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais)**, em conformidade com a sua proposta comercial, que passa a ser parte integrante deste instrumento, independentemente da transcrição.

3.2. Após a emissão do termo de aceite, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/boleto/fatura para que a FUNPRESP-EXE possa realizar o pagamento devido.

3.3. O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da nota fiscal/boleto/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, confirmando a realização do serviço.

3.4. A nota fiscal/boleto/fatura deverá ser entregue no protocolo geral da FUNPRES-EXE, localizado no endereço: SCN, Quadra 02, Bloco "A" 2º andar - Edifício Corporate Financial Center - salas 201, 202, 203 e 204 - CEP 70.712-900 - Brasília-DF, devidamente discriminada, em nome da FUNPRES-EXE. Caso seja possível o faturamento mediante nota fiscal eletrônica, esta deverá ser encaminhada para os e-mails codes.gepes@funpresp.com.br e gelog.pagamentos@funpresp.com.br.

3.5. Somente serão aceitas notas fiscais e faturas corretamente preenchidas e sem rasuras.

3.6. Será considerada como data do pagamento a data da emissão do Documento de Ordem de Crédito - DOC em favor da CONTRATADA.

3.7. O CNPJ constante da nota fiscal/boleto/fatura deverá ser o mesmo indicado na Proposta e da Ordem de Pagamento emitida pela FUNPRES-EXE, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

3.8. Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal/boleto/fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da FUNPRES-EXE.

3.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

3.10. Ocorrendo eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela FUNPRES-EXE, o valor devido poderá, quando solicitado pela CONTRATADA, ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice diário de atualização financeira;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. O profissional do quadro de pessoal da Funpresp-Exe terá acesso ao treinamento no período de 18 a 21 de outubro de 2021.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. Esta Ordem de Execução de Serviços terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sua emissão e somente poderá ser prorrogada nos termos do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar os serviços, conforme as informações constantes no Projeto Básico,

anexo I deste instrumento.

6.2 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante, as obrigações oriundas dessa contratação;

6.3 Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade acerca das atividades, objeto deste instrumento, sem prévia autorização da Contratante;

6.4 Assegurar a participação da profissional na capacitação, se atendidos os requisitos necessários;

6.5 Responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, seguros operacionais, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados;

6.6 Prestar os serviços conforme as especificações constantes na Proposta, no prazo e local fixados;

6.7 Utilizar empregado(s) habilitado(s) e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.8 Manter a situação regular no que tange às obrigações fiscais e trabalhistas, durante a vigência da contratação;

6.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.10 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

6.11 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA FUNPRES-EXE

7.1. Conferir a execução dos serviços, efetuando o seu ateste se estiver em conformidade com as exigências deste Projeto Básico;

7.2 Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento;

7.3 Notificar a Contratada, formal e tempestivamente, sobre quaisquer irregularidades observadas durante a prestação do serviço;

7.4 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta comercial e deste instrumento.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das cláusulas e condições deste instrumento sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993.

8.2. Em caso de descumprimento dos serviços estabelecidos, a CONTRATADA ficará sujeita à multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do serviço a ser entregue, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do mesmo serviço, sem prejuízo das demais penalidades previstas na

Lei nº 8.666/1993.

8.3. As multas aplicadas em decorrência do presente instrumento poderão ser descontadas do saldo havido pela CONTRATADA junto à FUNPESP-EXE, conforme art. 86, §3º e 87, §1º da Lei nº 8.666/1993.

8.4. Quando inviáveis ou insuficientes as compensações previstas no parágrafo anterior, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante ou integral da multa apurada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial.

9. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

9.1. Caso a CONTRATADA, no decorrer da prestação de serviços, tenha acesso a dados pessoais, deverá respeitar as regras editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD") no tocante ao armazenamento e tratamento de referidos dados e informações, sem prejuízo do estrito respeito à Lei n. 12.965 de 2014 ("Marco Civil da Internet"), Decreto n. 8.771 de 2016 ("Regulamento do Marco Civil da Internet"), bem como quaisquer outras leis ou normas relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência deste Contrato, em especial a Lei nº 13.709 de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais").

Brasília, ____ de setembro de 2021.

CONTRATANTE

ROBERTO MACHADO TRINDADE
Diretor de Administração - Substituto

JOÃO BATISTA DE JESUS SANTANA
Gerente de Patrimônio Logística e Contratações - Substituto

CONTRATADA

IONE CHAVES DE OLIVEIRA
Representante Legal - ONE CURSOS - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA

TESTEMUNHAS

JOÃO BERNARDO FILHO
FABIANE DE SOUSA DUMONT
Analistas de Previdência Complementar

ANEXO - PROJETO BÁSICO - 0029840



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane de Sousa Dumont**, **Analista de Previdência Complementar**, em 24/09/2021, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0031263** e o código CRC **846EF77A**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.010305.000164/2021-96

SEI nº 0031263

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>

PROJETO BÁSICO - PB

Processo nº 03750.010305.000164/2021-96

1. DOS CONCEITOS

- 1.1. **PAC:** Plano Anual de Capacitação.
- 1.2. **Capacitação:** Processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento das competências institucionais, por meio do desenvolvimento das competências individuais.
- 1.3. **Desenvolvimento:** Ação orientada para o crescimento pessoal e profissional.
- 1.4. **Treinamento:** Ação direcionada para atividades desempenhadas.
- 1.5. **Inexigibilidade de licitação:** com fulcro no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/1993.

2. DO OBJETIVO

- 2.1. O Plano Anual de Capacitação da Funpresp-Exe é uma ferramenta relevante para o processo de desenvolvimento dos profissionais, gestores e membros de órgãos estatutários da Fundação e representa um norteador das iniciativas de capacitação, descrevendo temas, metodologias e critérios a serem observados no desenvolvimento profissional do quadro funcional, em consonância com os princípios, objetivos e metas da Entidade.
- 2.2. Constitui-se em oportunidade de desenvolvimento, visando a aprendizagem e aperfeiçoamento dos profissionais da Fundação, de forma a aprimorá-los continuamente no desempenho de suas atribuições, a fim de oferecer serviços de excelência para os participantes, obedecendo a legislação geral e específica para o segmento de previdência e as boas práticas de governança.
- 2.3. O PAC busca também interligar as ações de capacitação à Avaliação de Desempenho e às atividades desenvolvidas por cada profissional. Dessa forma, o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), construído pelos gestores juntamente com cada profissional, é o elo entre esses vetores.
- 2.4. Pretende-se, assim, minimizar ou eliminar lacunas de conhecimento identificadas, reforçar a gestão por resultados e trabalhar o desempenho de todo o quadro funcional.

3. DO OBJETO

- 3.1. Contratação da empresa One Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e

Capacitação LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.012.731/0001-33, para participação de 01 (um) profissional do quadro de pessoal da Funpresp-Exe no curso "Teletrabalho no Setor Público com Foco em Resultados", a ser realizado no período de 18 a 21 de outubro de 2021.

4. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A demanda está alinhada com os objetivos do PAC 2021, que assim dispõe:

"O Plano Anual de Capacitação tem os seguintes objetivos:

(...)

*d) **desenvolver as competências individuais** dos empregados, com alinhamento às estratégias da Entidade e na gestão por resultados;*

*e) **prover** os empregados com as **competências técnicas** necessárias às diferentes áreas da Fundação;"*

4.2. O conteúdo programático do curso guarda pertinência com as atribuições do cargo da profissional que participará do treinamento, com vistas ao aprimoramento de suas competências comportamentais, estratégicas e técnicas, que estão relacionadas ao conhecimento e habilidades que caracterizam as aptidões de seu cargo.

4.3. A capacitação está alinhada com as atividades desenvolvidas pela Gerência de Pessoas (GEPES), de modo que contribuirá para a otimização dos processos da área.

4.4. Frisa-se, ainda, que o curso está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) da profissional, que visa alavancar a performance e o desenvolvimento do empregado, priorizando os *gaps* e a preparação para futuros desafios, considerando os aspectos técnicos e comportamentais que constituem as competências fundamentais e específicas requeridas para o desempenho do cargo exercido na Funpresp-Exe.

4.5. Almeja-se, portanto, capacitar e desenvolver a profissional que participará do treinamento, objetivando o seu aprimoramento contínuo no exercício de suas atribuições, bem como na profissionalização e na melhoria contínua da gestão organizacional.

4.6. Ademais, evidencia-se também que a capacitação está em conformidade com os seguintes Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico da Funpresp-Exe: OE04 - "Governança" - assegurar permanente qualificação dos membros dos órgãos estatutários e corpo gerencial e técnico; e OE09 - "Pessoas" - implementar e estruturar o Plano de Capacitação e promover a cultura e ambiente de alta performance.

4.7. Considerando o exposto, a Gerência de Pessoas (GEPES) propõe a utilização de recursos do Plano Anual de Capacitação 2021 para custear 01 (uma) inscrição no curso "Teletrabalho no Setor Público com Foco em Resultados".

5. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

5.1. O curso "Teletrabalho no Setor Público com Foco em Resultados" tem como público-alvo gestores e servidores envolvidos diretamente na gestão organizacional, bem como gestores e servidores públicos interessados em conhecer e praticar conceitos relacionados ao tema teletrabalho com foco em resultados.

5.2. Os principais objetivos do curso são:

5.2.1. capacitar os participantes nos principais conceitos e elementos relacionados ao teletrabalho no serviço público;

5.2.2. identificar os principais riscos, vantagens e desafios relacionados ao teletrabalho nas organizações;

5.2.3. identificar principais pontos de melhoria na gestão do teletrabalho da organização.

5.3. O curso possui carga horária total de 16 (dezesesseis) horas e os encontros *online* estão agendados para os dias 18, 19, 20 e 21 de outubro de 2021.

5.4. As aulas serão transmitidas em ambiente virtual (ao vivo) e poderão ser assistidas por até 2 dias após a sua realização.

5.5. O valor a ser pago pela contratação inclui o fornecimento de material didático e a emissão de certificado de participação na capacitação.

5.6. A One Cursos reserva-se o direito de adiar, reagendar ou cancelar os cursos *online* se houver insuficiência de quórum, bem como substituir palestrantes em caso fortuito ou força maior.

6. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Pela execução do serviço objeto deste instrumento, a Funpresp-Exe pagará à One Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.012.731/0001-33, o valor de R\$ 1.590,00 (um mil quinhentos e noventa reais), em conformidade com a proposta comercial apresentada pela empresa, que passa a ser parte integrante deste instrumento.

6.2. Ocorrendo a inviabilidade de pagamento na data acordada com a contratada, a situação deverá ser comunicada à GEPES, para que essa gerência mantenha contato com a contratada, a fim de agendar o pagamento para data posterior.

7. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. A princípio, faz-se necessário ressaltar que a regra adotada pelo legislador, no caso de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, é a obrigatoriedade de licitação, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal (CF/1988):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

7.2. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1991, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos, previu hipóteses em que a Administração Pública pode, legitimamente, celebrar contratos

sem a realização de procedimento licitatório, permitindo maior celeridade nessas situações.

7.3. Nesse sentido, as hipóteses de licitação dispensada, licitação dispensável e inexigibilidade de licitação constituem exceções ao procedimento licitatório. O inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993 assim versa:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

(...)

7.4. O art. 13 da Lei 8666/1993 elenca rol de serviços técnicos profissionais especializados, dentre os quais se enquadra o serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

7.5. Na inexigibilidade de licitação não há possibilidade de competição, de forma que, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a inexigibilidade de licitação pressupõe a presença concomitante dos seguintes requisitos: a) serviço técnico listado no art. 13; b) profissional (pessoa física) ou empresa de notória especialização; e c) natureza do serviço a ser prestado (REsp 942.412/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin – DJe 09/03/2009).

7.6. A fim de reforçar o entendimento sobre o enquadramento proposto, importa aludir aos esclarecimentos de doutrinadores do Direito Administrativo sobre o tema em tela. Ensina José dos Santos de Carvalho Filho, *in* Manual de Direito Administrativo, 23ª ed., Rio de Janeiro, 2010, pag. 293-294, que:

"Outra situação específica é a necessidade de contratar serviços técnicos especializados, de natureza singular, executados por profissionais de notória especialização (art. 25, II, do Estatuto).

Não são quaisquer serviços que podem ser contratados diretamente, mas sim os serviços técnicos e especializados. O serviço é técnico quando sua execução depende de habilitação específica. A lei faz remissão ao art. 13, onde estão mencionados vários desses serviços, como os de pareceres, auditorias, fiscalização, supervisão, treinamento de pessoas, estudos técnicos ou projetos, patrocínio de causas etc.

Para a contratação direta, devem os profissionais ou as empresas revestir-se da qualificação de notória especialização, ou seja, aqueles que desfrutem de prestígio e reconhecimento no campo de sua atividade. A lei considera de notória especialização o profissional ou empresa conceituados em seu campo de atividade. Tal conceito deve decorrer de vários aspectos, como estudos, experiências, publicações, desempenho anterior, aparelhamento, organização, equipe técnica e outros gêneros. Por outro lado, é preciso que a Administração conclua que o trabalho a ser executado por esse profissional seja especial e o mais adequado à plena consecução do objeto do contrato. Embora não seja muito comum encontrar a pessoa profissional que possa qualificar-se como tendo notória especialização, entendemos, apesar de alguma divergência, que é

possível que haja mais de uma no mercado. Vale dizer: não é obrigatório que apenas uma empresa seja de notória especialização. A lei não impõe qualquer restrição em tal sentido.

Além dessas características, impõe a lei que os serviços tenham natureza singular. Serviços singulares são os executados segundo características próprias do executor. Correta, portanto, a observação de que "singulares são os serviços porque apenas podem ser prestados, de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa. Por isso mesmo é que a singularidade do serviço está contida no bojo de notória especialização". Diante da exigência legal, afigura-se ilegítima, a contrário sensu, a contratação de serviços cuja prestação não apresente qualquer carga de particularização ou peculiaridade, ainda que também sejam serviços técnicos e especializados.

Revestindo-se o serviço de todas essas características, pode a Administração contratar diretamente profissional, e isso porque, em última análise, seria inviável a competição."

7.7. A propósito, ratificam esse entendimento as súmulas e julgados do Tribunal de Contas da União (TCU), como os seguintes:

SÚMULA TCU 39

Enunciado: A inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

SÚMULA TCU 252

Enunciado: A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviços técnicos especializados, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.

ACÓRDÃO TCU 1630/2006 – Plenário

Enunciado: A singularidade do objeto e a comprovação da notoriedade da entidade contratada justificam a contratação direta.

ACÓRDÃO TCU 2142/2007 – Plenário

Enunciado: A contratação por inexigibilidade de licitação em virtude de objeto singular e de notória especialização do contratado exige avaliação subjetiva no que pertine à escolha da empresa ou do profissional a ser contratado.

ACÓRDÃO TCU 1247/2008 – Plenário

Enunciado: As contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/1993.

ACÓRDÃO TCU 2762/2011 – Plenário

Enunciado: A inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se trata de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos.

ACÓRDÃO TCU 1074/2013 – Plenário

Enunciado: O conceito de singularidade de que trata o art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993 não está vinculado à ideia de unicidade, mas de complexidade e especificidade. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto,

mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado.

7.8. Assim, a Gerência de Pessoas enquadrando a presente contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação, em conformidade com o inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, da Lei nº 8.666/1993, nas seguintes disposições:

7.8.1. Da caracterização como serviço técnico especializado

7.8.1.1. Conforme elencado no inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal são enquadrados como serviço técnico de profissional especializado.

7.8.1.2. Segundo a doutrina de Hely Lopes Meirelles:

"(...) serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação profissional técnica e profissional - exigida para os serviços técnicos de profissionais em geral - aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de estágios de aperfeiçoamento.

Bem por isso, Celso Antônio considera-os singulares, posto que marcados por características individualizadoras, que os distinguem dos oferecidos por outros profissionais do mesmo ramo. A contratação direta desses serviços com profissionais ou empresas de notória especialização, tal como conceitua, agora, o § 1º do art. 25, enquadra-se, genericamente, no caput do mesmo artigo, que declara inexigível a licitação quando houver a inviabilidade de competição. **Essa inviabilidade, no que concerne aos serviços técnicos profissionais especializados em geral, decorre da impossibilidade lógica de a Administração pretender, 'o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato', pelo menor preço, ou que renomados especialistas se sujeitem a disputar administrativamente a preferência por seus trabalhos.**

Todavia, a lei apresenta um rol de serviços técnicos profissionais especializados que podem ser contratados diretamente com profissionais ou empresas de notória especialização, sem maiores indagações sobre a viabilidade ou não de competição, desde que comprovada a sua natureza singular, como resulta do confronto dos arts. 13 e 25, II.

(...)

Inexigível é a licitação somente para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular, prestados por empresas ou profissionais de notória especialização. A lei acolheu, assim, as teses correntes na doutrina no sentido de que a notória especialização traz, em seu bojo, uma singularidade subjetiva e de que o 'caso da notória especialização diz respeito a trabalho marcado por características individualizadoras'. (grifos nossos)

7.8.2. Da singularidade do serviço a ser contratado

7.8.2.1. Além do enquadramento do serviço no rol do artigo 13 da Lei 8.666/1993, conforme os parâmetros acima aludidos, exige-se que tais serviços sejam de natureza singular.

7.8.2.2. Nesse sentido, os professores Ivan Barbosa Rigolin e Marcos Tullio Bottino esclarecem que:

"Singular é aquele serviço cujo resultado final não se pode conhecer nem prever exatamente antes de pronto e entregue; aquele cujas características inteiramente particulares, próprias do autor, o façam único entre quaisquer outros. **O único elemento sabido nesse caso é que cada autor o fará de um modo, sem a mínima possibilidade de que dois produzam exatamente o mesmo resultado.** Cada qual tem a chancela de um autor, sendo, nesse sentido, único. Caracterizada e justificada essa singular natureza,

ao lado da comprovação documental de notória especialidade do autor, teremos a inexigibilidade de licitação para cada caso concreto que se apresente." (grifos nossos)

7.8.2.3. Conforme ensina o professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves, em artigo "Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na Administração Pública: uma breve análise da Decisão 439/98, Plenário do TCU":

"Nos serviços de treinamento, os objetivos gerais e específicos, público alvo, metodologia e o conteúdo programático constituem características técnicas do objeto, mas definitivamente não é o núcleo. O objeto do serviço de treinamento só se materializa com a aula (o fazer). É por meio desta ação que o docente, fazendo uso da metodologia didático-pedagógica, utilizando os recursos instrucionais e aplicando o conteúdo programático, realiza o objeto. Portanto, o núcleo do serviço é a própria aula. Ora, se é a aula, não se pode, em regra, considerar que seja um serviço usual ou executado de forma padronizada; não se pode admitir que, quem quer que seja o executor (o professor), desde que aplicando os recursos acima, obtenha os mesmos resultados. Afinal, cada professor possui sua técnica própria, a forma de lidar com grupos, a empatia, a didática, as experiências pessoais, o ritmo e tom de voz, tornando-os incomparáveis entre si. Ademais disso, cada turma também possui características próprias que as distinguem umas das outras, a exigir do profissional adaptação a cada vez que se apresenta. Aliás, o próprio professor poderá executar o serviço de forma distinta a cada aula proferida, ainda que do mesmo tema, provocado, por exemplo, por uma mudança de visão e conceitos. Quer dizer, as aulas sempre serão diferentes, seja na condução, seja no conteúdo, seja na forma de exposição. Não há como negar que cada aula (cada serviço) é, em si, singular, inusitado, peculiar.

(...)

Diante do acima exposto, **é correto afirmar que, sempre que o núcleo do serviço de treinamento for a aula (o fazer) significará que a atuação do professor será determinante para o alcance dos resultados pretendidos, revelando a natureza singular do serviço.** " (grifos nossos)

7.8.2.4. O curso "Teletrabalho no Setor Público com Foco em Resultados" tem como principal objetivo prover conceitos, métodos e abordagem prática voltada para a realidade das organizações, a fim de viabilizar aos participantes a internalização da temática do Teletrabalho no Serviço Público.

7.8.2.5. Sua metodologia consistem em aulas expositivas síncronas (ao vivo) e interação dinâmica com os instrutores, momentos expositivos, oficinas para construção de entendimento, exercícios simulados, trabalhos individuais e situações reais do dia-a-dia dos participantes.

7.8.2.6. O conteúdo programático do curso abordará os seguintes temas:

PROGRAMA DO CURSO

1. DEFINIÇÃO E HISTÓRICO DO TELETRABALHO

1.1. Diferenças entre teletrabalho, trabalho remoto, home office, coworking e Anywhere Office

1.2. Teletrabalho no Mundo e no Brasil

1.3. Teletrabalho no Setor Público

1.4. Arcabouço Normativo em Teletrabalho (CLT, Órgãos Públicos)

2. VANTAGENS DO TELETRABALHO

2.1. Do ponto de vista da alta administração

2.2. Do ponto de vista das chefias

2.3. do Ponto de vista dos servidores

3. PRINCIPAIS DESAFIOS

- 3.1. Da liderança (alta administração)
- 3.2. Cultura organizacional (gestão da mudança)
- 3.3. Implantação do teletrabalho
- 3.4. Desafios para Chefes e Servidores

4. PAPÉIS DOS PRINCIPAIS INTERVENIENTES

- 4.1. Papel da alta administração
- 4.2. Papel da área de Gestão de Pessoas
- 4.3. Papel da área de Tecnologia da Informação e Comunicação
- 4.4. Envolvimento da organização como um todo

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS EM TELETRABALHO

- 5.1. Riscos de Imagem
- 5.2. Riscos Trabalhistas
- 5.3. Riscos ao Clima Organizacional
- 5.4. Riscos de Segurança Corporativa
- 5.5. Riscos ao Equilíbrio Físico e Mental do Teletrabalhador

6. TIPOS DE TELETRABALHOS E SEUS INDICADORES

- 6.1. Ordinários: ad-hoc, por tarefa, por projeto, por processo
- 6.2. Extraordinários: Coworking, Atuação Descentralizada e Atuação Internacional
- 6.3. Prospeção e Monitoramento de Indicadores de Eficiência, Eficácia e Efetividade
- 6.4. Aplicação de PDCA (Planejar, Fazer, Checar e Agir) no Teletrabalho com base nos Indicadores

7. TECNOLOGIAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA NO TELETRABALHO

- 7.1. Infraestrutura necessária
- 7.2. Repositórios de Informações e Comunidade de práticas
- 7.3. Principais ameaças
- 7.4. Teletrabalho Resiliente

7.8.2.7. Salienta-se, portanto, que o conteúdo programático do curso é relevante para que se alcancem os resultados e objetivos pretendidos com a participação da profissional na capacitação.

7.8.3. Da notória especialização do Contratado

7.8.3.1. O § 1º, do artigo 25 da Lei 8.666/1993 dispõe que:

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

7.8.3.2. Conforme ensina o professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves, no artigo

"Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na Administração Pública: uma breve análise da Decisão 439/98, Plenário do TCU":

"(...) O dispositivo em tela indica o norte de quais peculiaridades ou requisitos são considerados idôneos para se inferir se um profissional é ou não notório especialista, a saber: "...desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica...". Mais ainda. A expressão "...ou de outros..." dá bem o tom de rol exemplificativo desses requisitos. O legislador admite, portanto, que outros conceitos e requisitos, não ditados no texto expresso da lei, podem servir de base à conclusão de que o profissional escolhido é o mais adequado à satisfação do contrato. Nota-se, também, que a enumeração dos requisitos são alternativos. Significa que não é obrigatório que estejam todos contemplados na justificativa da escolha, bastando apenas o apontamento de um deles para balizá-la."

7.8.3.3. Conforme informações constantes no site da contratada, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) é uma organização sem fins lucrativos, referência nacional e internacional em governança corporativa. O instituto contribui para o desempenho sustentável das organizações por meio da geração e disseminação de conhecimento das melhores práticas em governança corporativa, influenciando e representando os mais diversos agentes, visando uma sociedade melhor.

7.8.3.4. Atualmente, o IBGC hospeda as atividades da Global Reporting Initiative (GRI) no Brasil, integra a rede de Institutos de Gobierno Corporativo de Latino America (IGCLA) e o Global Network of Director Institutes (GNDI), grupo que congrega institutos relacionados à governança e conselho de administração ao redor do mundo.

7.8.3.5. Para alcançar o seu propósito, a instituição guia o seu comportamento pelos seguintes valores: proativismo, diversidade, independência e coerência.

7.8.3.6. Abaixo, o currículo resumido do instrutor do curso:

Daniel Luiz de Souza

Auditor Federal de Controle Externo do TCU atua na área de planejamento há mais de dez anos.

Atualmente exerce o cargo de Diretor de Planejamento Institucional do TCU.

Formado em Administração de Empresas.

Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas e em Planejamento Estratégico para o Setor Público.

Ministrou diversos cursos sobre liderança e gestão da estratégia promovidos pela Escola Corporativa do TCU e por outras instituições públicas.

Diretor responsável pela elaboração do "Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública" e pela Cartilha "10 Passos para a Boa Governança", ambos do Tribunal de Contas da União.

Coautor do livro "Gestão e governança pública para resultados - uma visão prática" (Editora Fórum, 2017 - 1ª edição).

7.9. Nesse sentido, entendemos que a contratação da empresa One Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.012.731/0001-33, para participação de 01 (um) profissional do quadro de pessoal da Funpresp-Exe no curso "Teletrabalho no Setor Público com Foco em Resultados", poderá ocorrer de forma direta, por inexigibilidade de licitação com

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada:

8.1.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante, as obrigações oriundas dessa contratação;

8.1.2. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade acerca das atividades, objeto deste instrumento, sem prévia autorização da Contratante;

8.1.3. Assegurar a participação do(s) profissional(is) na capacitação, se atendidos os requisitos necessários;

8.1.4. Responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, seguros operacionais, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados;

8.1.5. Prestar os serviços conforme as especificações constantes na Proposta, no prazo e local fixados;

8.1.6. Utilizar empregado(s) habilitado(s) e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.1.7. Manter a situação regular no que tange às obrigações fiscais e trabalhistas, durante a vigência da contratação;

8.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

8.1.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Conferir a execução dos serviços, efetuando o seu ateste se estiver em conformidade com as exigências deste Projeto Básico;

9.1.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento;

9.1.3. Notificar a Contratada, formal e tempestivamente, sobre quaisquer irregularidades observadas durante a prestação do serviço;

9.1.4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta comercial e deste instrumento.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Funpresp-Exe, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993 e dos arts. 10º e 11º do Decreto nº 9.507/2018.

10.2. A Funpresp-Exe deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução da Ordem de Serviço.

10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico e na Ordem de Serviço.

10.4. O representante da Funpresp-Exe deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar no descredenciamento.

10.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. DA VIGÊNCIA

11.1. A Ordem de Execução de Serviços terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias após sua emissão.

12. DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Pela natureza dos serviços e considerando tratar-se de contratação de pequeno vulto, não será exigida a prestação de garantia contratual.

13. DO REAJUSTE

13.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no Plano Anual de Capacitação da Funpresp-Exe para o exercício de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Danielli de Mendonça dos Santos**,
Analista de Previdência Complementar, em 17/09/2021, às 17:14,



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fernanda Lima Bandeira Abreu Adorno, Coordenadora**, em 20/09/2021, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Jose Rodrigues, Gerente**, em 21/09/2021, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0029840** e o código CRC **771EDCD2**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.010305.000164/2021-96

SEI nº 0029840

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>

OS nº 56 para assinatura.pdf

Documento número #7a5a1056-5327-4d23-bac5-e6b241958ee2

Hash do documento original (SHA256): 82f78ee14760fd18a7b08aec032c2d10616158b86319ed4cc30b3eec39dfc818

Assinaturas

- ✓ **Ione Chaves de Oliveira**
CPF: 372.962.481-49
Assinou como contratada em 24 set 2021 às 17:51:07
Emitido por Clicksign Gestão de documentos S.A.
- ✓ **Roberto Machado Trindade**
CPF: 099.533.531-15
Assinou como contratante em 24 set 2021 às 15:01:04
Emitido por Clicksign Gestão de documentos S.A.
- ✓ **João Batista de Jesus Santana**
CPF: 245.446.201-04
Assinou como contratante em 24 set 2021 às 14:53:38
Emitido por Clicksign Gestão de documentos S.A.
- ✓ **João Bernardo Filho**
CPF: 032.489.217-90
Assinou como testemunha em 24 set 2021 às 14:49:42
Emitido por Clicksign Gestão de documentos S.A.
- ✓ **Fabiane de Sousa Dumont**
CPF: 005.987.071-07
Assinou como testemunha em 24 set 2021 às 14:48:51
Emitido por Clicksign Gestão de documentos S.A.

Log

24 set 2021, 14:48:01

Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 criou este documento número 7a5a1056-5327-4d23-bac5-e6b241958ee2. Data limite para assinatura do documento: 24 de outubro de 2021 (14:45). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.

24 set 2021, 14:48:17	Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: diretora@onecursos.com.br, para assinar como contratada, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Ione Chaves de Oliveira e CPF 372.962.481-49.
24 set 2021, 14:48:17	Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: roberto.trindade@funpresp.com.br, para assinar como contratante, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Roberto Machado Trindade e CPF 099.533.531-15.
24 set 2021, 14:48:17	Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: joao.santana@funpresp.com.br, para assinar como contratante, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo João Batista de Jesus Santana e CPF 245.446.201-04.
24 set 2021, 14:48:17	Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: joao.filho@funpresp.com.br, para assinar como testemunha, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo João Bernardo Filho e CPF 032.489.217-90.
24 set 2021, 14:48:17	Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: fabiane.dumont@funpresp.com.br, para assinar como testemunha, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Fabiane de Sousa Dumont e CPF 005.987.071-07.
24 set 2021, 14:48:51	Fabiane de Sousa Dumont assinou como testemunha. Pontos de autenticação: email fabiane.dumont@funpresp.com.br (via token). CPF informado: 005.987.071-07. IP: 164.163.0.66. Componente de assinatura versão 1.142.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
24 set 2021, 14:49:42	João Bernardo Filho assinou como testemunha. Pontos de autenticação: email joao.filho@funpresp.com.br (via token). CPF informado: 032.489.217-90. IP: 191.176.245.184. Componente de assinatura versão 1.142.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
24 set 2021, 14:53:58	João Batista de Jesus Santana assinou como contratante. Pontos de autenticação: email joao.santana@funpresp.com.br (via token). CPF informado: 245.446.201-04. IP: 201.14.83.12. Componente de assinatura versão 1.142.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
24 set 2021, 15:01:04	Roberto Machado Trindade assinou como contratante. Pontos de autenticação: email roberto.trindade@funpresp.com.br (via token). CPF informado: 099.533.531-15. IP: 177.235.21.119. Componente de assinatura versão 1.142.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
24 set 2021, 17:51:07	Ione Chaves de Oliveira assinou como contratada. Pontos de autenticação: email diretora@onecursos.com.br (via token). CPF informado: 372.962.481-49. IP: 201.48.36.19. Componente de assinatura versão 1.142.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
24 set 2021, 17:51:07	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 7a5a1056-5327-4d23-bac5-e6b241958ee2.



Para validar este documento assinado, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número 7a5a1056-5327-4d23-bac5-e6b241958ee2, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign disponível em www.clicksign.com.